

Percepção da degradação patrimonial e de áreas verdes na cidade de Belém (Pará, Brasil) e as implicações para o turismo

*Perception of the Degradation in Heritage and Green Areas
in Belém (Pará, Brazil) and the implications for the tourism*

Reghys William da Silva Miranda¹
Daniel Araújo Sombra Soares²

RESUMO: O presente ensaio teve como objetivo apresentar e discutir a importância do patrimônio histórico e das áreas verdes da cidade de Belém, no Estado do Pará, abrangendo valores sociais, políticos, econômicos, turísticos e culturais dos espaços. Neste cenário, estão incluídos casarões, praças públicas, monumentos e centros históricos que contribuíram significativamente para a memória social da cidade e de seus habitantes. Como procedimento metodológico foram realizadas leituras bibliográficas que deram suporte ao estudo e auxiliaram na compreensão da importância dos espaços culturais nas dinâmicas de funcionamento das cidades. Além disso, foram feitas observações em campo nos centros e espaços urbanos da capital paraense, suas praças, edificações históricas como igrejas, casarões entre outros, com o propósito de perceber as dinâmicas e relações sociais dos indivíduos nesses locais. Os

1 Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Gestão de Cidades e Sustentabilidade pela UFPA. E-mail: reghystur@gmail.com

2 Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em andamento em Geografia pela UFPA. Geógrafo do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. E-mail: dsombra@ufpa.br

resultados apontaram várias ações indispensáveis na construção de um trabalho de valorização e resgate destes espaços, como políticas públicas, projetos e ações educativas nos espaços escolares e nas comunidades em geral, assim como o incentivo de atividades turísticas que se apresentam como importantes instrumentos de valorização desses ambientes patrimoniais.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Educação Patrimonial; Roteiros itinerários culturais. Turismo.

ABSTRACT: This study aimed to present and discuss the importance of historical heritage and green areas in Belém, in the State of Pará (Brazil), covering social, political, economic, tourist and cultural values of the spaces. In this scenario, houses, public squares, monuments and historic centers are included that contributed significantly to the social memory of the city and its inhabitants. As a methodological procedure, bibliographic readings were carried out in order to support the study and help to understand the importance of cultural spaces in the dynamics of the cities. In addition, field observations were made in the urban centers and spaces of this capital, its squares, historic buildings such as churches, mansions among others, in order to understand the dynamics and social relationships of individuals in these places. The results showed that the results pointed to several indispensable actions in the construction of a work of valorization and rescue of these spaces, such as public policies, projects and educational actions in school and in the communities, as well as the incentive of tourist activities that are important instruments for valuing these heritage environments.

Keywords: Environmental perception; Heritage Education; Cultural itineraries; Tourism.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Sombra et al (2018), Belém, capital do estado do Pará (PA), possui preponderância do setor terciário, sobretudo comércio e serviços. Apesar do turismo não ser o principal fator de economia da cidade ele apresenta grande potencial, e seu maior destaque é o turismo religioso, no evento católico do Círio de Nazaré (SERRA, 2013). Assim, como aponta Tavares (2018), uma proposta que vem ganhando destaque são os roteiros de itinerários culturais, revalorizando o turismo dos centros históricos de cidades, como é o caso da capital paraense.

Contudo, no centro histórico de Belém chama a atenção nos últimos anos degradação ambiental e patrimonial da área (MORHY; LIMA, 2019). Um dos problemas da cidade é a ausência de intervenções urbanas direcionadas à otimização do turismo, que preze por seu potencial histórico, cultural e patrimonial e também pela preservação de áreas verdes, diante dos roteiros turísticos, e, conseqüentemente, de sua memória socioespacial.

A pesquisa ora apresentada é um ensaio com o objetivo apresentar e discutir a importância do patrimônio histórico e das áreas verdes da cidade de Belém, no Estado do Pará, abrangendo valores sociais, políticos, econômicos, turísticos e culturais dos espaços. Para tanto foi realizada uma busca de bibliografia em língua portuguesa nas principais bases indexadoras de revistas científicas (Scopus, Scielo, Web of Science e Google Scholar) para identificar a abordagem da educação ambiental e patrimonial nas pesquisas sobre os roteiros itinerários culturais. Ao mesmo tempo, observou-se as ações desenvolvidas para a preservação das memórias, das heranças culturais e dos patrimônios de Belém.

Verificou-se a necessidade de incentivar a comunidade local e o poder público sobre a importância de se preservar o centro histórico e suas áreas verdes, por meio de práticas educativas sustentáveis em relação direta com o turismo. Assim, a primeira sessão do ensaio apresenta a questão da degradação patrimonial e das áreas verdes no contexto das transformações do espaço urbano de Belém. Na segunda sessão são abordadas as características dos centros históricos e sua relação com o turismo no caso de Belém. E, por fim, a terceira sessão apresenta a situação dos roteiros itinerários culturais de Belém e suas relações com a preservação das áreas verdes.

2. DEGRADAÇÃO PATRIMONIAL E DE ÁREAS VERDES: AS TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS URBANOS DE BELÉM

Com o processo de urbanização, a sociedade passou a interagir com o espaço de forma mais complexa, de inúmeras maneiras: social, política, educacional, econômica, cultural e ambiental, compreendendo o território como um meio de perpetuar e materializar sua existência, modificando constantemente suas características originais, percebendo o ambiente como recurso necessário à manutenção da vida (LEFEBVRE, 1991). O espaço social vivido é um produto dialético das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Entretanto, essa relação entre sociedade e meio ambiente

não se constituiu de forma equilibrada. A urbanização e a expansão demográfica resultaram em diversos problemas ao ambiente, como: o descarte irregular de lixo nas ruas, construções em áreas inapropriadas, falta de saneamento básico adequado, destruição ou pichação de prédios históricos, entre outros.

Segundo Santos, Souza e Silveira (1994), os núcleos urbanos são centrais para o saneamento urbano, o que afeta a produção e a organização socioespacial, causando transtornos ambientais em uso coletivo, conseqüentemente, atingindo o espaço. Há carência de atenção por parte do poder público e também dos próprios cidadãos no que tange à preservação do espaço e das áreas naturais em seu entorno.

Outra questão pontuada sobre a problemática diz respeito aos espaços urbanos ocupados por pessoas sem moradia, expressando um processo de reprodução desigual do espaço urbano de Belém, conforme apontam Gusmão e Soares (2018). Dessa forma, constituindo-se, muitas vezes, por espaços abandonados e esquecidos, a exemplo de algumas praças do centro comercial de Belém na qual perderam seu valor histórico, caindo em desuso pela população local e, conseqüentemente, as áreas verdes que ali resistem dão lugar à degradação devido à falta de manutenção, bem como os monumentos históricos tornam-se invisíveis.

Percebe-se, então, mudanças socioespaciais causadas pelos projetos urbanos e por tais apropriações. Desse modo, vários autores recomendam, por meio de políticas públicas e ações educativas, garantir a participação social no meio ambiente de maneira consciente, como forma de proteger e preservar áreas naturais e patrimônios históricos, assegurando o cuidado com bens coletivos. Porém, segundo Castro (2016), essas políticas, por vezes, são contraditórias, tanto do ponto de vista ambiental como, principalmente, do ponto de vista social. De acordo com Lamb e Cunha (2016, p. 2):

A Constituição Federal, em seu artigo 182, estabelece que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

As diretrizes da Constituição Federal de 1998 em seu artigo 182 os direitos e deveres sociais e governamentais em relação às ocupações do espaço.

Os ambientes de como as praças e parques presentes na dinâmica de funcionamento da cidade de Belém, foram caracterizados como locais que possuem relevância social para a cidade, objetivando a conservação de áreas verdes urbanas. Esses espaços marcam a preservação de fatos memoráveis do lugar, por possuírem monumentos históricos em seu entorno ou casarões e igrejas antigas. A história é contada por meio dos prédios e monumentos presentes em sua composição; a história é materializada no espaço e no tempo como parte integrante do cenário paisagístico do ambiente, contribuindo para a educação ambiental e valorização histórica do lugar (ALMEIDA; BICUDO; BORGES, 2004).

Além disso, tratam-se de locais propícios à construção de diálogos coletivos, interações sociais, manifestações artísticas e culturais, momentos de lazer, atividades

econômicas e turísticas, elementos fundamentais para a qualidade de vida. Desse modo, são construções vivas como prédios históricos, monumentos, praças e casarões que fazem parte da história e memória da cidade, que resgatam seus aspectos culturais, regionais e materiais por meio de cenários paisagísticos naturais ou construídos.

Assim, constituem-se em espaços urbanos que concentram diversificadas atividades econômicas em seu entorno, onde, pela elevada circulação de pessoas, há um grande interesse em construções comerciais próximas a eles, convertendo-os em centros comerciais da cidade, agrupando atividades de turismo, comércio e cultura.

Porém, como consequência da ausência de políticas efetivas para a promoção do turismo aliado à preservação patrimonial e das áreas verdes, os problemas ambientais têm se tornado cada vez mais frequentes, conforme é o caso dos casarões e prédios históricos próximos ao mercado Ver-o-Peso, com destaque para o antigo prédio da Alfândega, o qual passou a ser administrado pela Universidade Federal do Pará, que estuda como promover ações turísticas em conjunção à preservação do patrimônio. O grande acúmulo de lixo em praças e centros históricos é algo recorrente, ocasionando proliferação de doenças e impactos ambientais.

Em alguns locais históricos da referida cidade de Belém, há constante presença de destruição em sua estrutura, como pichações, falta de lixeiros, ausência de manutenção dos lagos e áreas verdes, ocasionando sujeira. O antigo prédio do Instituto Estadual de Educação do Pará (IEEP) está fechado há quatro anos. De fora, dá para ver que o prédio não passa por manutenção há um bom tempo. As paredes estão cheias de infiltrações e raízes e as janelas estão quebradas. Dentro dele a situação é ainda mais complicada. O último levantamento feito pela Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPB, 2017) aponta que somente no centro histórico da capital existem pelo menos seis mil imóveis e boa parte está em situações precárias. O Ministério Público Federal (MPF) acompanha 168 casos relacionados ao abandono do patrimônio histórico no estado.

Alguns casos mais graves são os do Palacete Facciola, com seu estilo arquitetônico neoclássico, o qual está totalmente abandonado. Já o Palacete Pinho, que um dia foi revitalizado, hoje está fechado, sem nenhuma finalidade. E a falta de manutenção é visível. Outro exemplo de abandono é o centenário prédio do Mercado de São Brás.

Dessa forma, nota-se a falta de sensibilidade, de proteção e de responsabilidade para com o patrimônio cultural, material e natural do local. Assim, seja em virtude de ações de cunho natural ou social, esses ambientes acabam sendo impactados significativamente, perdendo o atrativo turístico e de uso cultural ou comercial. Esta realidade pode ser modificada por meio da educação ambiental como um instrumento de ação coletiva, objetivando recuperar a memória do ambiente, construindo um espaço seguro, saudável, limpo e sustentável.

Para Garcia (2017, p. 2), o saber ambiental, além de incorporar os enfoques ecológicos, deve trabalhar com valores éticos, conhecimentos práticos, saberes tradicionais, valorização histórica e da cultura. Com a incorporação dessa dimensão, há um vetor de mudança das paisagens desses ambientes, refletida na mudança de práticas sociais da população sobre o patrimônio e o meio ambiente.

De acordo com Denardin e Silva (2011, p. 2), os ambientes públicos são fundamentais para as cidades, são dotados de símbolos, imaginários e reais, e palcos de transformações históricas e socioculturais. As autoras ressaltam que, quando bem cuidados, refletem “a preocupação da cidade com a hospitalidade pública”, isto é, se o ambiente é preservado, ele cria condições para uso público. Entretanto, quando há o descaso e a ausência de responsabilidade social e coletiva com o espaço, ele fica inadequado ao uso coletivo, ocasionando diversos problemas sociais e ambientais. Silva (2001, p. 44-45) defende que:

Se o sujeito se conscientiza da importância de conservar o patrimônio como propriedade de caráter individual (história, memória, sua casa, seus objetos pessoais etc.) ou coletivo (uma floresta, um parque, uma rua, uma igreja, um rio, uma dança etc.), ele assume isso como valor social e passa a dar a devida importância para conservar e proteger o meio ambiente. (...) Inicia-se, assim, um novo olhar para o ambiente visto como espaço natural ou cultural de todos (...).

Na perspectiva da preservação, os espaços escolares constituem lugares de aprendizagem de fundamental importância para a construção social de práticas sustentáveis e de sensibilização para o cuidado com o ambiente, pois são altamente favoráveis à construção de diálogos e formação de sujeitos mais conscientes e críticos. Colombo (2014) destaca que, ao trabalhar educação ambiental com os alunos, os conhecimentos prévios dos envolvidos devem ser aproveitados, pois, com isso, é possível motivar

(...) o envolvimento e a participação ativa dos alunos como protagonistas em busca de soluções para os problemas ambientais, apresentando-os através de atividades práticas que, sustentadas pela interdisciplinaridade, tornem-se significativas e superem a fragmentação do saber (COLOMBO, 2014, p. 64).

Para isso, os professores devem aproximar alunos do meio ambiente por meio de elementos que estejam presentes em seu cotidiano, como atividades práticas ou visitas técnicas a espaços urbanos, apresentando relações entre a sociedade e a natureza, refletindo acerca da degradação provocada por certas práticas, apontando possíveis ações sociais coletivas para dirimir o problema.

Assim, Colombo (2014) informa que a educação ambiental deve constituir um elemento determinante para a consolidação de sujeitos conscientes, cidadãos críticos, cujo sentido de pertencimento relaciona-se necessariamente à memória histórica e social. Esse indivíduo é instigado pela necessidade de preservação do meio ambiente em função de manter viva as identidades culturais existentes, compreendendo-se como elemento constitutivo do meio ambiente e da cultura sobre os quais atua.

3. CARACTERÍSTICAS DOS CENTROS HISTÓRICOS E O TURISMO EM BELÉM

Os centros históricos possuem representações do contexto sociocultural urbano em determinadas épocas, tempos materializados no espaço que narram por meio de suas edificações fatos ocorridos que contribuíram para a construção social, cultural e identitária de uma sociedade. Destarte, deve-se compreender a paisagem não somente pelos aspectos naturais, materiais ou modificações realizadas pelas ações sociais, mas também por seu caráter simbólico, pois todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social (RISCADO, 2018, p. 299).

Nesse sentido, os ambientes carregam a memória histórica e são dotados de significados e legados físicos do passado, nos quais a paisagem patrimonial e cultural estão representadas tanto na arquitetura dos objetos como no significado que esses elementos englobam. Como destaca Salgueiro (1992, p. 388): “(...) para além desta importância de cariz patrimonial mais física, o centro histórico de uma aglomeração urbana faz parte da memória coletiva dessa cidade”. Com isso, constituem-se em elementos de grande importância para a dinâmica de funcionamento de uma cidade, visto que são áreas onde há grande fluxo de pessoas e serviços. São espaços que se encontram cercados por lojas, empresas, estabelecimentos comerciais, espaços de sociabilidade, convívio social, lugar de encontro e lazer, sendo importantes instrumentos da função cívica de uma cidade.

Cada sujeito o caracteriza de diferentes formas. Para o comerciante, aquele ambiente adquire valor econômico, pois aquela área concentra diversas atividades que favorecem o sucesso de seu negócio. Já o turista o percebe como espaço de cultura e de conhecimento; o morador local, como área de lazer e convívio social. A ideia de centro urbano está diretamente relacionada à questão da centralidade geográfica, econômica e social em que esses espaços históricos se encontram inseridos, justamente pelas atividades que concentram e pela memória sociocultural que carregam.

Assim, cada espaço histórico e as dinâmicas sociais em seu entorno, por meio de suas peculiaridades regionais, culturais e artísticas, devem ser valorizadas e preservadas tanto pela sociedade quanto pelo Estado, respeitando as singularidades do modo de vida de cada sociedade, suas construções históricas e identitárias ao longo do tempo. Diante disso, Garcia (2017) informa que preservar esses espaços é fundamental, pois constituem parte da identidade cultural de uma sociedade.

Contudo, apesar do valor sociocultural desses ambientes, ainda é notório e perceptível o descaso e abandono para com alguns pontos históricos da cidade de Belém, como a falta de manutenção das edificações e dos monumentos presentes em sua composição, conforme é o caso dos Museus, obras e prédios históricos presentes no Bosque Rodrigues Alves, por exemplo. Todavia, uma das alternativas para amenizar tais ocorrências são as atividades turísticas que buscam resgatar a valorização desses espaços e sensibilizar para o cuidado e manutenção da memória social da cidade.

As atividades turísticas auxiliam na valorização e na manutenção dos ambientes históricos das cidades. De acordo com Riscado (2018), ao serem retirados de uma situação de deterioração arquitetônica, econômica e social, os centros históricos recebem pela atividade turística o principal meio de garantir sua sustentabilidade. São atividades que têm contribuído significativamente para o processo de preservação e cuidado com esses ambientes. Atualmente, essas áreas são melhor conservadas por conta da valorização turística que recebem.

Conforme Riscado (2018) o turismo cultural tornou-se representativo para pensar as estratégias adotadas que buscavam preservar monumentos, bairros históricos e sítios arqueológicos e, ao mesmo tempo, desenvolver o turismo. Sendo acompanhados por atividades de mediação para o público visitante, com o objetivo de levar ao entendimento da historicidade de determinada época as consequências refletidas nos dias atuais, com a modernização desses espaços urbanos, e as características culturais de uma dada região, despertando, no público, interesses e curiosidades tanto sobre as edificações quanto sobre os modos de vida e comportamento das sociedades.

Em vista disso, práticas de desenvolvimento socioeconômico vêm contribuindo para o cuidado com as regiões históricas. Melo e Cardozo (2015, p. 1060-1061) informam que:

o turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas. A educação patrimonial como mediadora da atividade turística, ao promover o contato, a socialização e a apropriação do patrimônio pelos turistas, contribui nesta tarefa da produção do ser humano genérico, ou seja, constitui uma forma de realização do trabalho educativo.

O mediador turístico tem como objetivo o compartilhamento de informações. Melo e Cardozo (2015, p. 1064) asseveram que, “ao realizar uma ação educativa no patrimônio, o que se faz é planejar metodologias e conteúdo para fazer com que aquele que não conhece o patrimônio, o turista, se aproprie destas formas humanas de expressão”. Além da atividade turística como forma de preservação e valorização do patrimônio material e imaterial, outra ação essencial é a educação patrimonial nos ambientes escolares, uma vez que se caracterizam como palcos de grande diversidade cultural, em que as relações sociais e manifestações culturais se concretizam de forma mais intensa.

Nesse sentido, o trabalho de educação patrimonial deve partir do conhecimento do professor para estimular e possibilitar aos alunos reflexões sobre costumes, modo de vida, construções e edificações de sua cidade, para, depois, contextualizar nas demais escalas de forma interdisciplinar para que diversas áreas do saber dialoguem entre si, construindo uma relação objetiva entre teoria e prática.

4. ROTEIROS E ITINERÁRIOS CULTURAIS

O surgimento dos roteiros e itinerários deu-se, inicialmente, na Grécia quando os povos romanos passaram a visitar a região à procura de atração turística, onde um dos principais objetivos desta atividade cultural estava em conhecer as características históricas, sociais e culturais daquele local, como destaca Pinheiro (2007, p. 03):

Os Romanos passaram a frequentar a Grécia como forma de lazer, mas também de enriquecimento cultural e de curiosidade histórica, alguém terá sentido a necessidade de criar um percurso que, tirando partido das magníficas (para época...) estradas que o Império fizera construir, os levasse a desfrutar do seu propósito. Surgia assim a primeira Rota Turística de Interesse Cultural da história e o primeiro Guia de Viagens que conhecemos: a Descrição da Grécia de Pausânias. Aí o turista romano encontrava todas as informações necessárias ao bom sucesso da sua visita: o melhor caminho, os monumentos que valia a pena visitar, um pouco da história e os costumes locais e, até alguns avisos necessários a quem visita uma cultura diferente, como por exemplo, as referências à gastronomia.

De modo geral, atualmente os roteiros e itinerários culturais ao redor do mundo possuem o propósito da valorização histórica do passado e suas heranças culturais na construção da identidade de uma população. Conforme Cordovil et. al (2016, p. 02), a realização dos roteiros possibilita valorizar o potencial histórico, cultural, patrimonial, que representam a memória socioespacial local por meio de prática turística.

De acordo com Pinheiro (2007) a realização de viagens com objetivo cultural, de resgate histórico das origens e das memórias dos povos e lugares estiveram em voga em vários momentos no Ocidente, mas ganham especial destaque após a Revolução Industrial. Para o autor, atualmente, no período da Globalização, “somos constantemente convidados a percorrer caminhos que nos levem ao encontro das nossas raízes de cidadãos de um espaço comunitário que outrora foi comum” (PINHEIRO, 2007, p. 3).

Assim, atividades turísticas têm sido planejadas e realizadas tanto pelas instituições de ensino superior como por moradores locais que conhecem, com certa propriedade, determinados espaços que se tornaram valiosos ao longo do tempo. Instrumentos de divulgação cultural, por meio de passeios históricos, percorrem os mais diversificados espaços, possibilitando que outros ambientes passem a ser conhecidos e visualizados de forma reflexiva e, conseqüentemente, passando a ser preservados, resgatando a importância histórica dos locais.

Dessa maneira, a ideia de roteiros culturais nasce com o propósito de construir rotas turísticas de valorização aos elementos históricos, biológicos, ambientais, gastronômicos, econômicos, culturais e científicos como uma forma de enriquecimento cultural, como instrumento de manutenção do patrimônio, buscando agregar valores para os roteiros.

Nesse sentido, são roteiros que são construídos de formas diferenciadas, isto é, de acordo com a realidade local daquele determinado ambiente. Porém, esses

itinerários devem ser elaborados de maneira crítica, contemplando não apenas o físico, o palpável ou o visual, mas também devem despertar o interesse e a curiosidade do público. A partir dessa perspectiva multidisciplinar, projetos e ações têm sido desenvolvidos e ampliados nos diversos contextos por meio de roteiros e itinerários culturais justamente com o objetivo de construir um olhar investigador com o ambiente, problematizando a informação na busca por estabelecer diálogos com o público participante.

Roteiros culturais que têm sido desenvolvidos a partir de metodologias multidisciplinares e de acordo com as realidades sócio-históricas de determinadas regiões. De acordo com Kuzmickas e Lama (2015) atividades turísticas envolvendo cemitérios se tornaram práticas culturais comuns na Europa Ocidental, caracterizando esses espaços como museus a céu aberto. Porém, essas práticas ainda não são comuns no Brasil. Uma exceção é o caso estudado pelas duas autoras acerca das visitas ao cemitério da Consolação, em São Paulo. Para Kuzmickas e Lama (2015, p. 43) a prática de visitas ao Cemitério da Consolação cumpre como uma das características do roteiro que é resgatar aspectos históricos do local, dos sujeitos, no caso, a elite paulistana que ali está enterrada, “levando o visitante a conhecer os túmulos de personagens importantes da história brasileira”.

Atualmente, os roteiros estão ficando saturados com os mesmos propósitos de visitas. Nesse sentido, são pensadas novas estratégias: um roteiro noturno ou de visitas aos cemitérios são considerados uma alternativa para renovar as visitas aos espaços históricos.

Outra experiência relevante é apresentada por Marques (2018), que analisa o caso do Projeto Curitiba *Free Walking Tour*, em Curitiba (PR). Idealizado por turismólogos, este projeto consiste em uma caminhada a partir de um roteiro pré-estabelecido pelo centro histórico de Curitiba, com duração aproximada de duas horas e paradas específicas ao longo do trajeto. De acordo com Marques (2018), a maioria dos participantes entrevistados saiu da caminhada com uma imagem, percepção e experiência positivas sobre o centro histórico da cidade de Curitiba.

Além disso, conforme Marques (2018) apurou, a maioria dos participantes percebe com maior frequência os elementos físicos relacionados ao patrimônio material (como prédios históricos e modernos, monumentos, estátuas, entre outros). A dimensão dos sentidos e sua relação com o espaço e a paisagem também foi analisada por Marques (2018), que conclui que a visão acaba sendo o sentido mais utilizado a fim de captar essa percepção, ainda que ressalte que a audição, o tato e o olfato também contribuíram consideravelmente para tal, assim como as falas e a presença do condutor. De modo geral, para Marques (2018), com relação à experiência de caminhada, a maioria dos participantes considerou o trajeto tranquilo, sem maiores dificuldades e se sentiram seguros ao longo do percurso, além de enfatizarem a limpeza da cidade.

Villaschi (2013) apresenta o caso de Ouro Preto, ao analisar o processo de patrimonialização vertical de Ouro Preto, que perpassa desde o tombamento da cidade em 1933 ao título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980, processo que o autor considera excludente. A partir de abordagem dialética, o autor mostra que quando o processo de preservação do Patrimônio é construído de modo abissal, sem dialogar com a sociedade e os usuários efetivos do espaço urbano, a sociedade acaba assumindo o papel de transgressora, uma vez que se concebeu o Patrimônio e o próprio espaço urbano como coisas estáticas, e não como realidades em perpétuo processo de produção e reprodução. Isto mostra que qualquer projeto que queira utilizar práticas turísticas como vetores de conservação do patrimônio e das áreas verdes deve ter na educação patrimonial e ambiental, e na participação social seus fundamentos.

Cordovil, Cabral e Cruz (2016) trazem uma abordagem de atividade turística cultural sustentado na ideia de valorização e resgate da memória socioespacial local a partir do projeto “Roteiro Geoturístico na cidade de Cametá-PA”, cidade localizada à margem esquerda do rio Tocantins, no estado do Pará. O projeto busca resgatar e valorizar o patrimônio histórico local e as peculiaridades dos modos de vida da população que ali habita, transformando esse espaço em instrumento histórico, social, econômico, cultural e religioso para elaboração dos roteiros na cidade de Cametá. De acordo com Cordovil, Cabral e Cruz (2016, p. 02):

Esses roteiros destinam-se aos visitantes, turistas e à população local e tem sua importância por buscar (re)valorizar a história e a geografia da cidade de Cametá, que está inserida no processo de ocupação e formação do espaço regional amazônico.

Por meio desse projeto, cujas ações concentram-se em construir diálogos sobre o processo de ocupação da Amazônia e, conseqüentemente, de Cametá, tanto turistas como moradores locais são convidados a percorrer os caminhos da história local.

Além do roteiro de Cametá, vem sendo implementado o roteiro cultural na cidade de Belém, por meio de um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará: “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o patrimônio cultural do centro histórico de Belém”. Já há ações de promoção da valorização de espaços e memórias históricas da cidade sendo desenvolvidas nesse sentido.

O projeto de extensão universitária foi elaborado pelo Grupo de Geografia do Turismo – Turismo e Desenvolvimento Socioespacial na Amazônia (GGEOTUR), que identificou como um dos problemas a serem trabalhados a inexistência de ações voltadas para o turismo em Belém que valorizassem seu potencial histórico, cultural, patrimonial e, por conseguinte, sua memória socioespacial (TAVARES, 2018). Profissionais da área, estudantes, pesquisadores, moradores locais, turistas, entre outros, participam do projeto que é um instrumento de conhecimento sobre o histórico patrimonial local.

Um dos objetivos da ação, além de promover a valorização histórica, tanto pelo turista como pelo morador local, é também percorrer os trajetos e áreas degradadas na cidade de Belém. Como uma forma de despertar a sensibilização no cuidado com o bem patrimonial material e imaterial, desenvolve-se uma ação sustentável, na qual os participantes possam reconhecer-se como cidadãos responsáveis pelo zelo para com espaços de ações coletivas.

Tavares (2018) informa que o roteiro segue por espaços que são estabelecidos previamente, a fim de que os grupos percorram por diversos espaços. São propostas de realizações de oficinas e de palestras como instrumentos didáticos, auxiliando para que a atividade se torne mais dialógica e informativa.

A primeira realização do projeto, segundo Tavares (2018), foi desenvolvida no ano de 2011, pelas ruas do bairro da Cidade Velha, justamente por ser o bairro mais antigo da capital – ocasião na qual os participantes puderam conhecer as primeiras ruas construídas na capital, bem como o contexto histórico da época em que isso se deu. Nessa ação a intenção era dotar a sociedade belenense e demais interessados no conhecimento patrimonial desta cidade, pouco revelado em ações públicas dos governos do Estado e do município de Belém (TAVARES, 2018, p. 10). Ao longo do tempo, outros roteiros foram sendo elaborados e realizados por outros espaços de memória presentes na cidade.

Um exemplo de destaque na capital paraense é o “Projeto Circular” organizado pela Associação Foto Ativa, iniciado em 2002. Esse projeto promove a economia criativa por meio de um roteiro independente de arte, gastronomia e história pelas ruas do centro de Belém. Entre as atrações estão feiras de artesanato, palestras itinerantes, jornadas fotográficas, oficinas de arte, exposições e debates. Atualmente o Projeto Circular possui sua própria revista eletrônica (PROJETO CIRCULAR, 2019).

Portanto, é possível perceber que roteiros e itinerários culturais têm papel fundamental no sentido de promover a popularização de conhecimentos históricos, ambientais e culturais de um determinado espaço. Essas ações visam resgatar memórias e valorizar ambientes que, muitas vezes, encontram-se esquecidos, tanto pelo poder público como pela população local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou a percepção da degradação patrimonial e ambiental na cidade de Belém. Foi traçada uma linha histórica sobre o processo de urbanização das cidades, isto é, as áreas verdes dando lugar a edificações, praças, lojas, comércios, dentre outras. Com isso, foi evidenciado os impactos sociais, econômicos, naturais e culturais que os processos de transformação das cidades ocasionaram. Também apresentou a desvalorização histórica da cidade que, até os dias atuais, sofre pelo descaso, ausência de responsabilidade social e manutenção de alguns espaços culturais, como praças, casarões, monumentos, igrejas etc.

Durante o texto, contextualizou-se algumas definições sobre centro histórico para que fosse possível uma melhor compreensão da percepção individual sobre o assunto (na visão de um comerciante, de um morador local, de um turista, entre outros). Além disso, abordou-se o turismo como um grande recurso de fortalecimento e valorização desses espaços, tornando-os visíveis e utilizáveis.

Por fim, entende-se como o surgimento dos roteiros e itinerários culturais tornaram-se uma ferramenta de valorização cultural e patrimonial da cidade, culminando com o fortalecimento da memória e da identidade local, além de contribuir para a valorização e fortalecimento da economia. Assim, faz-se necessário a organização de um conjunto de ações, realizadas pela sociedade em conjunto com o poder público, vinculadas à educação e à política, a fim de fortalecer as informações da educação ambiental e patrimonial nos ambientes escolares por meio de palestras e visitas técnicas aos espaços que sofrem com as degradações.

Os textos pesquisados não dão conta de uma vinculação efetiva da percepção da degradação patrimonial como algo central nos roteiros itinerários culturais, embora lateralmente o tema sempre apareça. É possível inferir que a educação ambiental pode representar um instrumento valorativo nessas atividades, embora tal proposição necessite de atividades práticas para materialização e verificação da validade da inferência. Destaca-se o papel da escola na promoção de uma educação patrimonial vem sendo um valioso instrumento educativo para despertar a sensibilização dos estudantes em relação aos cuidados e ao uso de ambientes patrimoniais e centros históricos.

Assim, este ensaio é concluído com algumas implicações a partir das experiências narradas. O caso dos roteiros itinerários culturais de Belém ilustra que esta modalidade de prática turística pode ser efetiva no âmbito da educação patrimonial e também da educação ambiental, como projetos citados em outras cidades ilustram. Porém, a participação social, o diálogo com os usuários efetivos do espaço urbano, levando em conta os distintos interesses e projeções territoriais sobre o espaço devem ser levados em conta e escutados para efetivar, em primeiro lugar, um processo amplo de conscientização e, portanto, de percepção da problemática da degradação patrimonial e das áreas verdes, para, em um segundo momento, materializar uma agenda de ações do poder público e da sociedade civil em prol desse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. F. R.; BICUDO, L. R. H.; BORGES, G. L. A. Educação ambiental em praça pública: relato de experiência com oficinas pedagógicas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 10, n.1, p. 121-132, 2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

CASTRO, R. A. Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 425-437, 2016.

COLOMBO, S. R. A educação ambiental como instrumento na formação da cidadania. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 67-75, 2014.

CORDOVIL, J. C. S.; CABRAL, V. A.; CRUZ, J. C. Roteiro geo-turístico na amazônia ribeirinha: uma possibilidade de valorização da memória socioespacial na cidade de Cametá, Pará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 309-317, 2016.

DENARDIN, V. C. C.; SILVA, A. P. Praças urbanas como espaços para o turismo e lazer um estudo preliminar na praça general Osório na cidade de Santa Maria/RS. In: II Encontro Semintur Jr. Mestrado em Turismo da UCS, Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul, Universidade Caxias do Sul, 2011, p. 1-12.

FALCÃO, V. A. Demanda aeroportuária de Manaus e sua influência para o setor de turismo da região. **Journal of Transport Literature**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 127-143, 2013.

GARCIA, L. F. O patrimônio histórico e cultural como ferramenta de educação ambiental: uma experiência da Sanepar de Ponta Grossa. In: XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 2017, Curitiba, **Anais...** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017, p. 1-4.

GUIMARÃES, T. O.; MARIANO, G.; SÁ, A. A. Roteiros Geoturísticos no litoral sul de Pernambuco - Geodiversidade, Biodiversidade, Cultura de Sol e Praia. **Estudos Geológicos**, Recife, v. 3, n. 26, p. 1-48, 2016.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las ciencias sociales**, Málaga, v. 17, p. 1-17, 2018.

KUZMICKAS, L.; LAMA, E. A. Roteiro geoturístico pelo cemitério da Consolação. **Geociências**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 41-54, 2015.

LAMB, N. V. W.; CUNHA, L. L. O papel das praças públicas na consolidação da função social da cidade: análise da sua contribuição na evolução urbana sob um viés histórico. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul, **Anais...** Santa Cruz do Sul, Universidade Santa Cruz do Sul, 2016, p. 1-6.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MARQUES, L. D. **Turismo e espaço urbano**: a percepção do Centro Histórico de Curitiba (PR) e a experiência de caminha a partir do Projeto Curitiba *Free Walking Tour*. 211f. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015.

MORHY, S. S.; LIMA, J. J. F. Degradação arquitetônica e morfologia do bairro da Campina no centro histórico de Belém (Pará, Brasil). **Oculum ensaios**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 503-522, 2019.

PINHEIRO, A. E. Itinerários culturais: viajando pela história: viajando pela história. **Revista Máthesis**, Viseu (Portugal), v. 16, p. 217-228, 2007.

RISCADO, J. E. Patrimônio e cidade: uma análise sobre os centros históricos brasileiros em tempos de reestruturação urbana. **Revista Métiis**, Caxias do Sul, v. 17, n. 33, p. 293-306, 2018.

SALGUEIRO, T. B. **A Cidade em Portugal**: uma geografia urbana. Lisboa: Afrontamento, 1992.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERRA, D. R. O. Turismo religioso, território e territorialidades: o Círio de Nazaré em Belém-PA. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 104-124, 2013.

SILVA, M. L. **Construindo a educação ambiental na UFPA**: os caminhos do grupo de estudo em educação, cultura e meio ambiente. Belém: SECTAM, 2001.

SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **GeoDiálogos**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 16-56, 2018.

TAVARES, M. G. C. Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar. **E-metrópoles**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 32, p. 07-18, 2018.

VILLASCHI, J.N.S. **Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto-MG**. 303f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Recebido em: 28-04-2020.

Aprovado em: 27-02-2021.

TS